

Tudo que brilha é ouro-branco – as estratégias das elites algodoeiro-pecuarísticas para a construção discursiva do Seridó norte-rio-grandense

Muirakytan K. de Macêdo
mkm@seol.com.br

Mestre em Ciências Sociais
Professor do Departamento de História e Geografia – UFRN – Campus de Caicó

Resumo:

Neste artigo analisamos como o espaço seridoense foi pensado pela elite algodoeiro-pecuarística do Rio Grande do Norte à época do processo de mudança do eixo político potiguar do litoral para o sertão, na década de 20. Um dos elementos que assomam do discurso dessa elite é um Seridó – região localizada no semi-árido do estado - apreendido unilateralmente como espaço voltado quase que exclusivamente para a produção cotonicultora.

Palavras-chaves: regionalismo, Seridó, Economia Algodoeira

Pedras e pedras. Luar sobre as grotas e os xiquexiques. Sertão. A fibra do homem e do algodão. Caicó, região do Seridó. A terra e seus contrastes. Do mais árido chão floresce o algodão mocó, fibra longa, o melhor do país.

O açude do Itans é uma espécie de Nilo Sertanejo. Húmus. Homens fortes que tiram força e perseverança das águas barrentas. Tucunarés e pirarucus se escondem nessas águas. Do desafio da terra o homem extrai o suave milagre. A melhor carne de sol. O melhor queijo de coalho e de manteiga. Outros produtos de exportação, bens duráveis, não perecíveis: a sinceridade sertaneja, a amizade inconfundível.

Seridó em bites arcaicos

O hipertexto acima, encontrado na *home page* de uma estação de rádio de Caicó, é um pequeno exemplar da configuração ainda locucionada pelo regionalismo seridoense nos dias correntes. As peças imagéticas que formam esses enunciados demonstram que não existe arbitrariedade na escolha e manipulação dos elementos do discurso. Na verdade ele é uma espécie de palimpsesto que não guarda nada de original, é um discurso composto construído por camadas de saberes e dizeres que se amalgamaram segundo as premências históricas da *região*. Se seguem em linguagem binária pelas infovias, não significa que a forma discursiva é nova ou tampouco moderna.

Não é preciso muito esforço para de pronto percebermos que alguns desses enunciados já foram construídos desde o século passado e outros datam da primeira metade do século atual. Dentre esses enunciados presentifica-se aquele paralelismo do meio natural seridoense com um outro da história bíblica: ambos denotando a escolha providencial que sela o destino de provação de uma sociedade, sem exaurir a esperança vivida por ela.

Essa identificação é consubstanciada, por exemplo, na constante comparação dos mananciais d'água (rio ou açude) seridoenses com o seminal Nilo egípcio, como também através da compreensão do malsinado sertão seridoense como um *espaço da promessa*: promessa divina expressa a partir dos milagres *suaves* que brotam, a despeito de tudo, do limbo quase nulo do deserto. Esses enunciados foram inaugurados no Seridó em meados do século passado por um engenhoso fazendeiro do Acauã, Manoel Antônio Dantas Correa que escreveu no inverno de 1847 a sugestiva crônica meteorológica.ⁱ

Refere-se também o hipertexto àquela semelhança da têmpera pétrea do seridoense com o áspero meio natural em que vive, à semelhança do que líamos no jornal *O Povo* em fins do século passadoⁱⁱ. E por último, há também um elogio à excelência dos produtos pecuarísticos que atravessam a história do Seridó desde a gênese de seu espaço.

Uma passagem nessa pequena poesia em prosa é, no entanto, “nova” frente às matrizes discursivas que estudamos nos capítulos anteriores. Trata-se da

identificação das virtudes do homem sertanejo com a qualidade da fibra do algodão produzido no Seridó. Um disparate: no Seridó não há atualmente uma só lavoura de algodão de que poderia se ufanar o hipertexto.

Colocados à disposição dos insones *internautas*, o texto tal como se encontra escrito não corresponde à *realidade* seridoense. Esse fato não é todavia surpreendente se ponderarmos que os discursos regionalistas não intentam atingir a objetividade. Por serem parte expressão da *vontade de poder* - e por que não, do desejo -, e parte estratégia do *marketing* laudatório comum a qualquer regionalismo, este Seridó efetivamente não existe *de se tocar*, sobrevive no imaginário dos seridoenses a partir de sua existência forjada no discursoⁱⁱⁱ.

O Seridó parece não ter base tangível para a significação dada a ele nas cabeças e bocas. Os significantes parecem divorciados dos significados. A paisagem hoje do Seridó não mais é pontilhada pelas plumas de algodão que branqueavam a perder de vista os campos sertanejos. Sua economia não mais produz o *ouro branco* e principalmente a sua mais nobre variedade, o *mocó*. Todavia, a persistência do algodão no regionalismo seridoense é tal que, nos dias atuais, embora sendo a cotonicultura apenas um residual traço estatístico no Seridó, esse produto continua a gerar valores simbólicos.

O algodão é muito freqüentemente lembrado nos períodos em que são discutidas propostas de soerguimento econômico da *região*. Nesses momentos as falas que pensam a crise, reencenam um Seridó orgulhoso de si, exportador de um produto cuja excelência foi reconhecida no Brasil e no exterior. Neste sentido, mesmo ausente, o algodão ocupa um lugar no espaço como *persona* imagética na formação da paisagem regionalista^{iv}.

Poderíamos atribuir a persistência simbólica do Seridó - que ainda é algodoeiro no imaginário dos que vivem nesse espaço - à própria crise vivenciada pela *região* a partir da década de 70 deste século, quando declina irreversivelmente a produção cotonicultora. Essas celebrações *post-mortem* são parte de uma rede discursiva que monta a defesa de uma certa *região* que defronta-se, sem partejar respostas convincentes, com a realidade da urbanização e da superação do setor primário pelo terciário.

Plumas pagãs

Atividade econômica inicial do Seridó, o criatório não é celebrado nesta crise. É o resultado de não se associarem a ele, as imagens de superação *regional*. Interessante observarmos que a pecuária não foi pródiga em elaborar símbolos no imaginário regional de forma tão laica quanto a cotonicultura. A pecuária está associada à origem do Seridó, ao ambiente do misticismo católico coetâneo à fundação das primeiras cidades seridoenses. Afinal Sant'Ana, padroeira de vários municípios seridoenses, é também a padroeira dos pastores. Vaqueiro e padroeira são, por exemplo, o ponto de partida da narrativa lendária da criação de Caicó, elementos de seu mito de origem^v.

Há razões para que a simbologia provocada pela cotonicultura adquira um sentido laico. O algodão foi cultivado com melhor proveito seja no solo, seja no discurso, na esteira do movimento republicano - ainda em fins do Segundo Império - e além dele, quando a República ensaia seus passos titubeantes. Ora, no Rio Grande do Norte, a partir da década de oitenta do século passado, o algodão dá mostras de que iria tendencialmente superar o açúcar como o produto que mais contribuía para a receita estadual.

Notemos que a essa época os locutores do regionalismo seridoense foram em grande parte formados por elementos das elites seridoenses, cuja formação intelectual era vincadamente marcada pelas idéias laicas da Faculdade de Recife e, numa palavra, nicho do republicanismo que influenciou quase todos os acadêmicos seridoenses^{vi}.

Diante disso, poderíamos mesmo supor, que a partir de todos estes elementos, houve uma certa *descristianização* dos símbolos agrários do Seridó que provinham de significações inspiradas na cotonicultura. Um dos exemplos flagrantes é a figura da Rainha do Algodão. Expliquemos. Terminada a colheita do algodão programavam-se festas para a escolha da moça que representaria a majestade desse produto^{vii}.

Na imagem a seguir, fotografada por volta da década de 1960, uma tímida vencedora de tais concursos posa em trajes típicos de apanhadora de algodão: chapéu de abas largas, lenço sobre a cabeça e bisaco para o algodão a ser colhido. Ela é toda algodão: tecido, plumas nas barras do vestido e, para tornar ainda mais direta essa referência, folhas e capuchos de algodão bordados na saia. Uma momentânea deusa pagã da colheita: jovem e fértil - promissora matriz de prole fecunda, como deveriam ser os algodoads transformados em cornucópia do Seridó de 1880 até a década de 70 do presente século.

Figura 01- Rainha do Algodão (S. João do Sabugi)

Fonte: Acervo particular de João Quintino de Medeiros Filho

Observem-se também duas fotografias mais recentes que registram festas da colheita no município de Cruzeta, tradicionalmente realizadas no mês de junho – época da *apanha* do algodão.

Na primeira delas (Figura 02), representando a Agricultura, um óbvio e imemorial cortejo de donzelas, abrindo o desfile triunfal da *Rainha do Algodão*, cuja presença é o ponto alto da passeata. Condu-la um *moderno* carro alegórico.

Figura 13 - Desfile da Festa da Colheita - Cruzeta (RN)

Fonte: Acervo particular de Ione Morais

Percebamos o contraste entre estas moças circunspectas em seu tédio adolescente e a ala que representa a pecuária (Figura 03).

O grupo de vaqueiros é formado por homens maduros - a exceção de um garoto aprendiz de vaqueiro - que sem viço algum, envergam vestes de couro e montam cavalos acanhados: um arcaico e brancaleônico pelotão de cavalaria. Nada remete a um tempo moderno. Esta ala do desfile assemelha-se a uma imagem congelada dos primeiros povoadores. Atentemos para os cartazes que empunham. Em um deles patenteia-se a proximidade da pecuária com as referências católicas que anotávamos anteriormente.

Figura 1 - Ala dos vaqueiros na Festa da Colheita – Cruzeta (RN)

Fonte: Acervo particular de Ione Morais

A produção simbólica não pára aí.

No momento da ocupação do Seridó pela pecuária, os primeiros vaqueiros escolheram a imagem de Sant'Ana como símbolo de proteção e materializaram suas esperanças votivas quando construíram as capelas, sementes de futuras igrejas matrizes.

Séculos após, para que fosse representada a riqueza, o progresso e o desenvolvimento do Seridó, escolheu-se como símbolo as imagens do algodão. Tal escolha, que não é um lance de dados, concorreu para que este produto adquirisse a aura de elemento identitário do Seridó. Para ilustrarmos melhor essa observação, basta uma rápida pesquisa através das alegorias que nomeiam imagetivamente as municipalidades seridoenses.

Vejamos dois exemplos.

Em 1968, ao comemorar o centenário da emancipação política da cidade, a câmara de vereadores de Caicó aprovou o brasão de armas da municipalidade ^{viii} (Figura 15). Na parte central do brasão encontram-se os capuchos de algodão simbolizando a riqueza do Seridó. É claro que a escolha do símbolo malváceo deu-se devido ao algodão ter sido a mercadoria motriz da riqueza regional, cuja repercussão no mercado era muito maior que o criatório.

Figura 02 - *Brasão da Cidade de Caicó*

Fonte: Prefeitura Municipal de Caicó

O algodão enobrecia a *região* a ponto de investir a principal cidade dali em uma preeminente majestade, como deduz o hino de Caicó:

“Terra de luz, e calor,

Fibras longas do “mocó”!

Ó Rainha Centenária,

Coração do Seridó!”

A pecuária - atividade que sempre marcou presença no Seridó sem nunca desaparecer, mesmo no período em que a cotonicultura dominou à larga a economia potiguar - é citada somente como uma atividade instituinte, fornecedora de contornos épicos à *região*:

“Teus bovinos que em longas manadas

Se apascentam por vales e serras;

Simbolizam as lides passadas

Na conquista penosa das terras”^{lx}

Essa dotação de sentido ao espaço mediante símbolos ou epítetos advidos da cotonicultura é, talvez, mais emblemático no município que tem o sugestivo nome de Ouro Branco - numa referência quase sem intermediários ao valor dado ao cultivo do algodão no Seridó. Referência instituída alegoricamente a partir do artigo 1º do Projeto de Lei nº 10/90, que assim estabelece:

“o Brasão de Armas do Município consta de um escudo dividido em duas partes, sendo a parte superior em campo branco, três capuchos de algodão simbolizando a cultura predominante do Município; no campo inferior o plano escultural da serra do Poção encontra-se o rio Quipauá, à destra, e uma estrela, simbolizando a sede do Município, tendo um pé de cacto à sinistra, simbolizando a resistência do homem seridoense ao meio ambiente (...)”^{lx}

Este trabalho de escritura simbólica só foi possível devido a uma conjuntura histórica específica, fundada basicamente nas primeiras décadas do século XX.

Referimo-nos a dois registros complementares da história econômica e política do Rio Grande do Norte, e mais especificamente do Seridó. Quais sejam: a ascensão da cotonicultura como a atividade definidora da economia do Rio Grande do Norte em fins da monarquia; e a mudança do eixo político potiguar do litoral para o sertão, a partir da *captura* do Estado pelas elites seridoenses na década de 20. Vejamos quais as conseqüências desses fatores para a visibilidade do Seridó como uma *região* definida pela cotonicultura no contexto da República Velha.

A cotonicultura no Rio Grande do Norte

A cotonicultura representou, nas chamadas províncias do *Norte*, a única cultura que concorreu de forma marcante com o açúcar em termos de exportação para o mercado internacional.

Na passagem do século XVIII à centúria seguinte, o algodão emergiu de produto consumido no âmbito restrito do setor de subsistência nordestino, à mercadoria significativamente inserida nas trocas comerciais brasileiras com o mercado internacional.

O Nordeste agrário não-açucareiro será redefinido, portanto, pelo algodão. A razão dessa alavancagem agrícola e comercial processa-se ao sabor das injunções do mercado mundial. Notadamente, podemos perceber que por duas vezes sua extroversão para o mercado inglês é o contraponto de crises conjunturais ocorridas nos Estados Unidos da América: primeiro a Guerra da Independência Americana (1776-1783) e segundo a Guerra da Secessão (1860). Em ambos os casos, privada de sua principal fonte fornecedora, a Inglaterra terá de procurar outros mercados de matérias-primas para abastecer o parque têxtil britânico.

Esse cenário internacional provocou a criação de outras áreas agrícolas nas províncias do Norte que não aquelas áreas voltadas para a atividade açucareira. Nesse sentido, adentrando-se pelos sertões, essa cultura ocuparia espaços antes orientados majoritariamente para a pecuária. Diferentemente dessa, porém, teria como característica inusitada para esse espaço, a produção agrícola para o mercado exterior.

No primeiro surto exportador despontou o Maranhão como maior produtor de algodão do Brasil. No segundo, ocorreu a expansão dessa cultura pelos territórios sertanejos e agrestinos do Norte.

Uma outra característica que se salientou de ambos os fluxos acima descritos foi a precária continuidade da produção - no sentido de sua extroversão para o mercado estrangeiro. Tal fato denunciou-se pela clara dependência do comportamento do contexto político americano: tão logo contornadas as crises estadunidenses, o algodão nordestino retraía-se, visto que o parque têxtil inglês retomava suas transações comerciais com os EUA.

Tal retraimento não significou, óbvio, o desaparecimento da cotonicultura. No século XVIII, quando ocorreu a desaceleração dessa cultura para o mercado exterior, ela se redefiniu ocupando o nicho reservado às culturas de subsistência. Mais adiante, a partir de fins do século XIX, embora nunca tivesse cessado de todo a demanda externa, o algodão passou a ser escoado para a crescente indústria têxtil brasileira. Assim, *“o desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira nacional garantiu a permanência da cotonicultura como setor agrícola de peso na economia nordestina”^{xii}*.

Conforme apontam os elementos que trabalhamos até o momento, historicamente o espaço norte-rio-grandense fundou-se sobre duas bases: agrícola e pecuária. A peculiaridade desse espaço não proporcionou, por muito tempo, uma exploração agrícola pautada somente na monocultura açucareira de forma a definir perenemente toda a economia estadual. Isso se deve, em grande parte, a uma particularidade geográfica que salta aos olhos no mapa norte-rio-grandense.

O espaço potiguar possui somente uma pequena faixa de terras propícias a essa atividade açucareira. A área destinada a essa cultura restringiu-se a uma pequena porção do litoral oriental ao passo que a pecuária ocupou todo o sertão - a maior área geográfica do estado.

Nos sertões, a agricultura desenvolveu-se à sombra das atividades pastoris, sem se salientar como excedente para trocas comerciais consideráveis. Somente com a grande seca de 1845 foi que, com a dizimação de quase todo rebanho, as culturas agrícolas nessa área adquiriram alguma visibilidade. Nesse contexto, começa a sobressair-se o cultivo do algodão e principalmente uma variedade típica do Seridó, que ocuparia um lugar de destaque na economia estadual quando o açúcar descrevia sua curva produtiva descendente a partir da década de 1880 e seria superado pelo algodão em 1905 ^{xii} (Figura 18).

“O algodão não seguiu a mesma trajetória que o açúcar, pois o fim da fase áurea da exportação para o mercado externo, da década de 1860, não significou sua estagnação ou retrocesso; pelo contrário, foi em anos posteriores a essa fase que se expandiu o cultivo pelo sertão norte-rio-grandense, de uma variedade de algodão característica do meio - o algodão mocó ou algodão seridoense”^{xiii}.

Figura 03 - Exportação anual de açúcar e algodão em mil toneladas

Embora prioritariamente voltado para o mercado interno em favor das indústrias têxteis nacionais, o algodão norte-rio-grandense também encontrava colocação no mercado estrangeiro. O crescimento do volume desse comércio, no entanto, era contido pela baixa qualidade de sua fibra, incompatível com a padronagem dos tecidos mais elaborados, fato que o fazia pouco competitivo nos negócios de exportação. Características inferiores contribuíam para que ele se amoldasse à indústria têxtil nacional que principiava produzindo tecidos de baixa qualidade com os quais se afinavam o algodão produzido no RN.

A princípio duas variedades de algodão eram plantados no RN: o arbóreo (“mocó” ou “Seridó”) e o herbáceo. O algodão “mocó” foi a variedade que melhor se adaptou aos sertões: por suas raízes profundas era mais resistente

às secas; por seu vigor, era uma variedade mais infensa às pragas e ,por outro lado, produzia até por 8 anos. Em suma, era muito mais vantajoso que o herbáceo que tinha um ciclo vegetativo muito curto - geralmente um ano e, além disso, mais suscetível a pragas.

Orientado para o mercado interno, o algodão nordestino perderia paulatinamente, a partir de meados da década de dez, sua posição hegemônica como principal matéria-prima consumida pela indústria têxtil do Sudeste.

As crises de oferta da fibra nordestina estariam ligadas, por um lado, às devastadoras secas que atingiam impiedosamente as lavouras sertanejas e, por outro, a uma redefinição da produção agrícola paulista que em 1918, com a geada que destruiu os cafezais e, posteriormente, o retraimento abissal do cultivo do café com a crise de 1929, terminaram por reorientar largos espaços agrícolas para a cotonicultura.

Outras variedades, como o Sea-Island e o Upland, americanos, e o Jumel, egípcio foram testadas no Rio Grande do Norte não sem antes despertar desconfiança naqueles que pensavam o desenvolvimento regional a partir da produção do puro algodão “mocó” ou “Seridó”. Juvenal Lamartine refletindo sobre a inconveniência da importação de variedades exóticas no sertão, na Conferência algodoeira de 1915, assim se expressava:

“não vejo nenhuma vantagem na importação de segmentos estrangeiros, principalmente americanas, donde poderemos importar também parasitas, ainda desconhecidos entre nós como o terrível Boll Weevil ... No nordeste brasileiro que como disse, tem que ser o centro de nossa produção algodoeira, reputo erro, substituir por uma variedade estrangeira, quase toda anual, o nosso algodão mocó - verdadeira lavoura das regiões secas”^{xiv}

As suspeitas de Juvenal Lamartine tinham fundamento se levarmos em conta a praga da lagarta rosada - *“terrível polvo [que] distende seus tentáculos sobre alguns dos nossos destemidos e empreendedores agricultores”^{xv}* - que chegaria a dizimar 2/3 das lavouras nordestinas e teria sido, possivelmente, embarcada do Egito, com os lotes de sementes de algodão importadas daquele país entre os anos de 1910 e 1913.^{xvi} Além de pragas e secas, o algodão foi fragilizado geneticamente pela hibridação natural entre o algodão mocó e aquelas variedades alienígenas.

Enquanto deteve a reputação de algodão de primeira qualidade, o *Seridó* foi celebrado seja pelos intelectuais da elite seridoense seja em eventos fora do Nordeste. Registrou o *Dicionário Geographico e Ethnographico do Brasil* em

1922: “O produto é de ótima qualidade. Na Exposição Nacional de 1908 o da zona do Seridó obteve o grande prêmio e o de toda a região sertaneja alcança sempre cotações superiores nos mercados internos e externos”^{xvii}. Esta variedade “mocó” ou “Seridó” teve um dos seus mais fortes e propositivos defensores em Juvenal Lamartine. A partir dele poderemos perceber a montagem do espaço algodoeiro no discurso regionalista seridoense.

Em busca do ouro branco

Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956) foi um típico representante da elite seridoense. Projetou-se na política estadual e nacional cumprindo a trajetória intelectual comum à *geração dos acadêmicos de Direito*: aulas de latim e francês em Caicó, escola secundária no Atheneu Norte-rio-grandense em Natal e por fim Faculdade de Direito em Recife^{xviii}. Esse percurso e os enunciados de sua produção intelectual filiam-no à matriz discursiva que promove uma imagem do espaço seridoense como superável pela técnica, pelo conhecimento científico. Enfim, pelos móveis de uma modernização conservadora pensada para um espaço social no qual predominavam relações de trabalho livre, mas não assalariado. É como um exemplo modelar desse registro discursivo que analisaremos o discurso de Juvenal Lamartine.

Ligado por laços familiares ao grupo político do Senador José Bernardo de Medeiros, Juvenal Lamartine trafegou com desenvoltura pelos cargos públicos para os quais foi nomeado e por todos os postos da carreira política estadual. Foi juiz de direito, Vice-Governador, deputado federal.

Na última deputação, ficou conhecido nacionalmente por ter proposto à José Augusto - primeiro governador do *sistema político do Seridó* - a inclusão na Constituição Estadual do Rio Grande do Norte do direito de voto concedido às mulheres - o RN seria o primeiro Estado da federação a se decidir pelo sufrágio universal. Sua proposta forneceria aos jornais cariocas - principalmente a *O Malho* -, matéria por demais sugestiva às charges políticas. O avanço da cidadania feminina tornar-se-ia o alvo predileto do sexismo republicano, como ilustra a figura seguinte.

Figura 04 – Juvenal Lamartine em O Malho

Fonte: Juvenal Lamartine de Faria – 1874/1956, p. 100.

Por fim, Juvenal Lamartine foi governador do Estado dando continuidade ao *sistema político do Seridó*, até que as hostes dos revolucionários de 30 mutilassem o seu mandato naquele ano, forçando-o ao exílio em Paris até 1933.

Por todo esse período, ele foi um dos principais mentores da alternativa algodoeira como esteio econômico do semi-árido. Os púlpitos privilegiados de sua pregação foram a tribuna da Câmara dos Deputados e a 1ª Conferência Algodoeira ocorrida no Rio de Janeiro em 1915, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura. Nessa Conferência, vemo-lo fincar determinados aportes argumentativos que seriam materializados, seja no governo de José Augusto, seja no seu próprio.

Suas propostas para o desenvolvimento da cotonicultura no Rio Grande do Norte, e mais especificamente para o Seridó, devem ser entendidas no âmbito da posição de alguns setores das elites agrárias brasileiras, particularmente daqueles que fundiam a noção de *vocação agrícola* do país a um determinado projeto de modernização da agricultura^{xix}.

Lamartine crê que há etapas a serem metodicamente superadas pela totalidade da nação e corrobora essa tese quando a ilustra com uma máxima de Leibniz: “*Esquecidos de que natura non facit saltus^{xx}, queremos atingir à phase industrial sem atravessarmos a agrícola e a pastoril, pelas quaes passaram as grandes nações industriaes modernas*”^{xxi}.

Esta posição era a estratégia político-discursiva de parcela da classe proprietária que tinha dificuldades em integrar-se à conjuntura econômica do primeiro período republicano, marcadamente pontuada pelos paulistas na defesa dos interesses do café

“Pode-se localizar na Primeira República o início de um processo por muitos denominado de ‘politização da economia brasileira’, no qual, em função das dificuldades imposta à comercialização internacional de boa parte dos tradicionais gêneros da pauta de exportação do País - à exceção do café - seria agravada a competição entre os distintos segmentos da classe proprietária rural, em sua busca por melhores condições de colocação de seus produtos. Diante desse quadro, a alternativa colocada para os agentes oriundos dos diversos complexos agrários regionais - como o açucareiro, o algodoeiro ou o pecuarista - era a da reconversão produtiva para o

mercado interno. E isso, ao propiciar uma redistribuição espacial e/ou da produção agrícola, resultaria num amplo espectro de conflitos e de disputas no seio da própria classe dominante, que não deixaram de ser percebidos por muitos deles como uma ameaça a seu poder e/ou a seus mecanismos de dominação”^{xxii}.

No período em que Lamartine participou da Conferência Algodoeira no Rio de Janeiro, já ocorria no Brasil uma tentativa de articulação de frações da classe proprietária dos estados de economias agrícolas “menos dinâmicas”. O sentido dessa articulação era fazer frente à ostensiva presença da burguesia paulista no cerne das decisões político-econômicas brasileiras. Sintomático que a primeira Conferência Algodoeira fosse organizada por iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) avessa à presença da burguesia cafeeira paulista^{xxiii}.

A posição de Juvenal Lamartine na Conferência era bem clara. Segundo ele, dever-se-ia promover uma série de medidas modernizadoras de forma a racionalizar a produção do melhor tipo de algodão que o Brasil já tinha produzido e que era a matriz de outras espécies igualmente competitivas. Esta variedade produzida, principalmente no Seridó potiguar, era o algodão “mocó” - o único com possibilidades de competir no mercado internacional, dado a excelência de sua fibra, matéria-prima de tecidos finos.

Realçando as características desse tipo de algodão, a estratégia que Juvenal Lamartine formulou não era somente incrementar a produção do algodão *mocó* para indústria nacional, mas, principalmente, dar condições para que esta mercadoria fosse alçada a produto significativo da pauta brasileira de exportação agrícola. Discursa Lamartine: “o nosso esforço deve ser no sentido de aumentar, melhorando a produção do algodão no Brasil, não com o fim restrito de abastecer o nosso consumo interno, mas no intuito de conquistar um lugar de destaque entre os países que mais exportam esta fibra para os centros manufatureiros da Europa”^{xxiv}.

Um ano depois que leu no Congresso Nacional o projeto de lei que criava uma estação experimental no Seridó, ele ratificou essa postura e condicionou o melhoramento da fibra do algodão *mocó* às pesquisas que, por sua vez, só surtiriam efeito real se realizadas na zona seridoense:

“No meu projeto peço uma estação experimental na zona do Seridó, que é o ‘habitat’ do mocó, porque si nós pretendemos, como devemos e é de nosso direito, conquistar um lugar de destaque no mercado mundial do algodão, só poderemos comparecer perante os grandes consumidores europeus como produtores de algodões de fibra longa, que são os mais caros e apreciados allí”^{xxv}.

Ora, o avanço das forças produtivas abrigadas no Sudeste, gerava toda sorte de discursos reativos. Grupos que não se satisfaziam em flunar numa órbita mais afastada do dínamo econômico paulista investiam todo seu cabedal argumentativo em favor dos produtos de suas regiões e, em muito casos, tentavam seguir o mesmo regime dos produtos agrícolas de São Paulo.

Nesse sentido, no caso do semi-árido, a feição que deveria ter o algodão seridoense seria o mesmo que teria o café: uma mercadoria de qualidades ímpares no mundo, um produto declamado como corifeu de seus pares no mercado internacional. Daí, Juvenal Lamartine conclamar os agricultores a “*uma campanha [para] elevar a nossa lavoura do algodão à altura do café*”^{xxvi}.

A alternativa algodoeira apontada por Lamartine transformava-se na panacéia não só de todos os males do semi-árido, mas também dos Estados do *Norte* e até da Nação. O algodão seria o *deus ex machina* que teria a virtude de integrar o ignoto e longínquo sertão à *nacionalidade*. Se no jornal *O Povo*, de fins do século passado, Manoel Dantas tentava integrar o Seridó à civilização, no texto do regionalismo de Lamartine apresentado em 1915, há a procura de pensar-se o espaço seridoense como peça a ser articulada com a própria Nação, bem ao estilo da época. Pois,

“A Primeira Guerra Mundial marca uma inflexão nas práticas e discursos em torno do problema da nação, de sua soberania, de sua constituição, identidade e povo; abre-se um espaço de dissensões múltiplas, um conjunto de oposições em diferentes níveis e práticas sociais que têm a nação e a integração do povo à nacionalidade como objetos privilegiados e centrais”^{xxvii}.

No discurso de Lamartine há também um deslocamento do eixo discursivo que tende a homogeneizar o espaço. O espaço que no discurso regionalista corresponderia posteriormente ao *Nordeste* não é mais demarcado somente dentro do espaço do litoral açucareiro como queriam as elites políticas da segunda metade do século passado^{xxviii}. No momento em que Lamartine discursava, era possível essa mudança de foco geográfico, proposto pelos locutores do regionalismo devido à brecha discursiva pautada justamente na valorização do espaço *interioriano* pela cotonicultura.

Enquanto o Norte açucareiro, se precipita para uma posição secundária, o *Nordeste*, o espaço *algodoeiro-pecuário*, se salienta - embora determinado pelo capital internacional, que penetra-lhe a esfera da circulação sem priorizar a produção. A política da República Velha não gerava grandes empecilhos ao aparecimento desse *Nordeste*, visto que a taxa de câmbio então operada

favorecia tanto a exportação do café quanto do algodão. E, por outro lado, *“tanto o controle político da Nação começou a escapar das mãos da burguesia açucareira do ‘velho’ Nordeste, quanto o controle político do ‘novo’ Nordeste começou a passar às mãos da classe latifundiária que comandava o processo produtivo algodoeiro-pecuário (...)”* ^{xxix}.

Tal redefinição do espaço sertanejo possibilitou a dizibilidade do semi-árido como espaço integrado ao desenvolvimento econômico brasileiro. Ou seja, daquele *outro Nordeste* que não é somente pecuarístico, mas agrícola. Emergindo como objeto de conhecimento, o sertão ganhou outra visibilidade e passou a ser definido como algodoeiro por suas elites políticas. Verbalizado a partir de enunciados que privilegiaram seu lado agrícola, o sertão, como veremos mais adiante - no caso específico do Rio Grande do Norte – ganhou significação diferenciada e, essa, alimentou as ações político-partidárias na luta pela *captura* do Estado – para ficarmos com a expressão de OLIVEIRA ^{xxx}. Assim, a repercussão da produção algodoeira concorreu para mudanças significativas na correlação de forças entre os grupos políticos do litoral e os que se baseavam no sertão. O Seridó ganhou aos poucos posições importantes na política estadual e, por fim, conseguiu coroar sua estratégia política, ascendendo como uma frente razoavelmente coordenada na disputa pelo poder, cujo objetivo era a governadoria do Rio Grande do Norte.

Para pavimentar a mudança do eixo político-espacial do Rio Grande do Norte, foi decisiva a marcação simbólica que emerge a partir da primeira década do século XX, cujo modelo exemplar podemos encontrar na palestra de Juvenal Lamartine na Conferência Algodoeira. Discurso regionalista bem próximo dos seus congêneres quando delimita territórios e hierarquiza espaços geográficos e antropológicos para legitimar a primazia de uma determinada região frente às demais.

A estratégia argumentativa de Lamartine era demonstrar que o algodão havia se tornado, e se tornaria cada vez mais, mercadoria chave para a economia nordestina e brasileira, porque se desenvolveu a partir da conjunção de fatores naturais e humanos só possíveis no sertão nordestino, e em sua forma mais elaborada, no Seridó. Para equacionar seu raciocínio Lamartine, parte de uma categorização do espaço nordestino dividindo-o em três “zonas”: litoral, “*vales frescos próximos ao litoral*” (agreste) e a “*zona da seca e do algodão*”.

O litoral é a zona onde a natureza não cessa de ser *dadivosa*. Chuvas em abundância e peixes que são pescados quase sem nenhum esforço humano ^{xxxi}. Um lugar edênico, no entanto, traído pela satisfação plena. O homem que sobrevive nessa zona não serve ao progresso, posto que ali “*a vida é duma simplicidade extrema, e não exige nenhum esforço, que desperte inteligência, ou predisponha ao trabalho*” ^{xxxii}.

A segunda *zona*, o agreste, é o espaço que se esgotou histórica e economicamente e continua a se esvaír pela incompetência de sua aristocracia falida.

“É a zona do cultivo da cana de açúcar e onde vive a antiga aristocracia territorial, cujos traços, ainda, se notam no amor, no luxo, na distinção com que praticam a hospitalidade e, o que é pior, na frouxidão com que exploram a propriedade, cujo rendimento, depois da abolição da escravidão, nem sempre lhe dá para cobrir as despesas sumptuárias”^{xxxiii}.

Por último Lamartine apresenta a *zona da seca e do algodão*. Segundo o que se pode deduzir dos contrastes evocados pela hierarquização *regional* encimada pelo sertão, não é necessário uma terra exuberante, de uma prodigalidade perene, para se ter a matriz de uma *região* desenvolvida e rica.

Vemos encenado, nesse caso, uma vertente pouco explorada sobre o regionalismo nordestino que é a valorização do clima semi-árido como elemento fundamental ao desenvolvimento econômico da *região*.

As elites nordestinas colocaram o retrato mórbido do drama das secas como principal justificativa para a solicitação preferencial de verbas. Todavia, no caso da defesa do algodão *mocó*, por um momento o semi-árido transforma-se em virtude. À vista disso, as condições necessárias para o desenvolvimento agrícola^{xxxiv} advêm justamente da paisagem árida das caatingas. Óbvio, que as secas são colocadas como um entrave ao pleno crescimento da cotonicultura nos sertões. Mas não um *obstáculo intransponível*^{xxxv}, visto que o algodão arbóreo *atravessa*, - para usarmos uma expressão sertaneja - o ano de seca sem o comprometimento de suas profundas raízes, que mesmo nos longos estios buscam umidade e armazenam nutrientes necessários para a produção tanto da fibra quanto do restolho da cultura que serve de forragem destinada aos animais.

Segundo esse discurso, as razões para que isso tenha sido possível encontraram-se nas características do produto agrícola, na terra e no homem do sertão. Em suma, no algodão nativo dessa *região*, no caso a variedade *Seridó*, que ali se reproduz vigorosamente desafiando-se em fibras sedosas e longas, possuindo todas as características exigidas pelo mercado cotonicultor internacional. Uma espécie típica dos sertões, que além dos solos férteis, pode ser cultivada razoavelmente até em terrenos pedregosos^{xxxvi}. Algodão que parece teimar em preferir a escassa umidade e o sol onipresente do Seridó. E como se não bastassem estas qualidades do *deserto*, há o diferencial humano. Nesse momento do discurso, vem novamente à tona a imagem do sertanejo

endurecido por uma natureza madrasta, homem cuja “*resistência e sobriedade (...) só é comparável àquele povo asiático [o japonês]*”^{xxxvii}.

O espaço da superação, que o Seridó se tornou na perspectiva da *geração dos acadêmicos de Direito*, ganhou no discurso de Lamartine uma estratégia voltada objetivamente para o mundo da produção, ganhou um sentido pensado pragmaticamente para o desenvolvimento da cotonicultura.

Por outro lado, perceberemos que há uma similitude entre o que é enunciado por Juvenal Lamartine e Manoel Dantas. Ambos viam a educação como pressuposto da superação *regional*. Mas há também uma *sintonia fina* quanto aos fins dessa educação. Lamartine, não dá uma ênfase ostensiva à educação como projeto emancipatório, tal qual propunha DANTAS. Ele sugere o que chama de *educação prática*, ou seja, uma educação destinada à formação técnica dos cotonicultores.

Toda sua proposta de modernização da agricultura sertaneja articula-se com esse tipo educação que priorizava o saber técnico. Assim, propôs a criação das Estações Experimentais destinadas à pesquisa na agricultura e campos de demonstração^{xxxviii} para treinamento de mão-de-obra. Tais instituições seriam conduzidas por agrônomos^{xxxix}, gestores da modernização da agricultura tal como pensava a Sociedade Nacional de Agricultura.

Foi tentando materializar esse projeto de desenvolvimento agrícola para o Seridó que Juvenal Lamartine apresentou, na sessão de 27 de junho de 1916 no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei que criava o Instituto Agrônomo de pesquisa no Rio de Janeiro e Estações Experimentais pelo Brasil a fora. Vejamos alguns trechos dessa lei:

“Art. 2º O Governo (...) fundará Estações Experimentaes nas diversas zonas de produção do paiz, que se destinem a dar consultas aos lavradores, fazendo analyses, experiencias, culturas, seleccionando e distribuindo mudas e sementes, colleccionando, enfim, dados experimentaes e culturaes que sirvam de base, guia e exemplo, aos agricultores das regiões interessadas, independentemente das contribuições agronomicas e scientificas, que possam dar.

Art. 3º (...)

Parágrafo único. Uma destas Estações Experimentaes terá a sua séde na zona do Seridó, no Rio Grande do Norte, por ser ali o centro da cultura do algodão mocó, de fibra longa, sendo outra no Ceará e outra na Parahyba do Norte.

Art. 4º Os resultados obtidos nas Estações Experimentaes serão propagados pelos campos de demonstração, dirigidos por professores ambulantes, ou directamente pelo pessoal das proprias Estações em collaboração com os fazendeiros da zona”^{xl}. [Grifos nossos]

Essa pedagogização da cotonicultura era uma tendência pensada a partir da burguesia agrária paulista com o fim de promover a *modernização* da agricultura brasileira. Segundo MENDONÇA, “*pautando-se por um tom visivelmente ilustrado, tal discurso, (...) longe de estabelecer qualquer ligação entre ensino e democratização, preocupava-se com a qualificação/imobilização de uma mão-de-obra rural especializada, adestrada mediante o ensino de conhecimentos práticos (...)*”^{xli}.

Toda essa preocupação com o algodão era justificada pelo otimismo que se afigurava na safra algodoeira e os dividendos de sua exportação que não cessavam de crescer. No ano de 1918 o algodão imperava sufocando outras culturas, a ponto de elevar os preços das mercadorias produzidas para o consumo interno^{xlii}. O jornal *O Seridoense* denunciava em agosto desse ano a excessiva atenção dos agricultores ao cultivo do algodão

“que mais do que nunca pode receber, com toda justeza, o batismo de ouro branco. Fascinados pela alta cotação desse produto, jamais registrada na nossa história comercial, (...) vão abandonando dia a dia, o plantio dos gêneros, [causando] (...) enorme dano, porque, (...) determina a absoluta carência de gêneros de primeira necessidade”^{xliii}.

Esse cenário dava azo à reencenação do discurso que faz das qualidades latentes do homem sertanejo as únicas capazes de conduzir a superação regional. Imagens que articuladas com as reclamações dos cotonicultores, demonstravam os sintomas claros da luta pela hegemonia espacial, que ganhava força pela tendencial valorização regional. A luta que ocorria no plano das representações - como páginas atrás demonstramos -, desde o discurso de Lamartine na Conferência Algodoeira, materializou-se, a partir dali na ostensiva reivindicação de poder. Novamente leiamos um trecho do jornal *O Seridoense*, de 06 de setembro de 1918, que demonstra o clima de insatisfação da elite algodoeira para com o governo estadual.

“O Seridó atravessa agora, uma fase de franca prosperidade. Graças aos inauditos esforços de seus filhos que contra os caprichos da natureza, através das secas repetidas, conseguiram salvar uma semente de gados e um pouco de raiz de algodão. Pode ele em três anos mais ou menos bonançosos, com a alta de seus produtos de exportação alcançar esta situação de desafoço que ora usufruta.

A riqueza particular está, pois, mais ou menos feita no Seridó que vem concorrendo também com milhares de contos para riqueza pública. [grifos nossos]

*(...) cabia aos poderes públicos, se quisessem compreender a grande necessidade que há de ligar o Seridó aos grandes centros, se quizessem ver que **o futuro do Estado depende do sertão**, precipitar a construção de qualquer dessas vias [tratava-se das inconclusas estradas de ferro central e a estrada de automóveis de Macaíba ao Seridó] ou por qualquer outro meio realizar a nossa mais justa aspiração.*

Vemos como na zona do agreste deste Estado apesar de ser essa mesma zona dotada pela natureza e servida de melhoramentos que a ciência tem facilitado a humanidade, como caminhos de ferro, etc., o povo não progride e vemos como o sertanejo, principalmente o do Seridó, vivendo isolado da civilização e lutando com toda a sorte de embaraços imagináveis até as temíveis secas que tudo destroem, vem marchando, aperfeiçoando-se, e admirável !, multiplicando-se.

E por que um povo tão lutador e tão heróico, possuindo as mais belas qualidades pacíficas, não merece que sobre ele se voltem as vistas dos governantes?

É preciso que haja uma vontade honesta, justa e criteriosa, que saiba dar ao Seridó, que ele aspira, o que ele reclama, o que ele tem por força direito - o meio fácil de transportes” [Grifos nossos]^{xliv}.

Do litoral ao Seridó: a mudança do eixo político estadual

A relação entre os líderes políticos do interior e os da capital na Republica Velha sempre esteve longe de parecer pacífica. Se nos momentos finais do Império essas alianças eram frágeis, como vimos no capítulo anterior, com a Proclamação da República as tensões apareceriam incontinenti.

Quando Pedro Velho de Albuquerque Maranhão^{xlv} assumiu provisoriamente a presidência, nos momentos iniciais da instalação da República, esperou-se que ele chamasse para compor o seu governo os republicanos históricos como, por exemplo, Janúncio Nóbrega, pioneiro da propaganda republicana no Rio Grande do Norte^{xlvi}. Não foi isso que aconteceu. Pedro Velho preteriu-os em favor daqueles elementos que realmente tinham base eleitoral sólida: os velhos figurantes da política monárquica. Aprendendo rápido a política de conchavos com a antiga ordem, Pedro Velho inauguraria a oligarquia Maranhão que perduraria no poder estadual até 1914.

Pedro Velho não se indispôs com o *interior* porque conseguiu aliar-se à força política mais importante do Seridó. Ora, a base das barganhas políticas da época tinha como ponto de partida as lideranças regionais, dentre as quais os *coronéis* – pastores zelosos de seus *currais eleitorais*. No Seridó, como nos referimos no capítulo anterior, despontou José Bernardo de Medeiros, referência política de peso que se tornaria, não sem conflitos, um dos destacados pilares de sustentação de Pedro Velho.

Em 1907, morre José Bernardo e o *sistema político do Seridó* perde o seu agente aglutinador^{xlvii}. A rearticulação desse grupo só ocorre em 1913 quando

no processo de sucessão à presidência do Estado esboçam-se lideranças como José Augusto e Juvenal Lamartine.

Em 1913 estavam dadas as primeiras condições para a ultrapassagem da oligarquia Maranhão pelo grupo político do Seridó. O último governador dessa oligarquia havia sido Alberto Maranhão, irmão de Pedro Velho^{xlviii}. Chegara a hora de mais uma vez “*apartar o sangue*” - como se expressou o próprio chefe dos Maranhão -, indicando um candidato que não pertencesse à família, com o intento de disfarçar o rodízio sempre feito a partir de membros da esfera doméstica. Ocorre que os *coronéis* do Seridó, afrontando a liderança do governador, não mais aceitaram incondicionalmente a indicação, proposta por Alberto Maranhão.

A esse quadro de conflito entre as facções dominantes entornou-se mais um complicador. José da Penha, norte-rio-grandense, deputado federal pelo Ceará resolveu influir na política potiguar, dentro do espírito da política *salvacionista*^{xlix}, indicando o nome de Leônidas Hermes da Fonseca - filho do Presidente da República - para candidatar-se ao governo estadual. O Capitão José da Penha já conseguira o apoio de setores oposicionista e contava com o aceno afirmativo do governo federal. Ambos os balizamentos demonstraram-se irrelevantes perante a resistência truculenta dos *coronéis* situacionistas^l.

Diante desse quadro, a facção seridoense representada pelo deputado estadual José Augusto Bezerra de Medeiros e o deputado federal Juvenal Lamartine de Faria, já com o aval da cúpula federal, articulam acordo inédito entre os mais representativos *coronéis*^{li} do Seridó e conseguem a homologação da candidatura de Joaquim Ferreira Chaves, mesmo contrariando a vontade dos Maranhão.

Começa o declínio da oligarquia fundada por Pedro Velho. Ferreira Chaves termina por implodir tanto as bases financeiras das campanhas políticas dos Maranhão^{lii}, quanto garante, através da reforma da Constituição Estadual, a inelegibilidade para o mesmo cargo de parentes consangüíneos e afins até o terceiro grau – o que comprometia irremediavelmente os projetos políticos dessa oligarquia. Desta forma “*Chaves quebrou a fidelidade que o mantinha ligado à família de Pedro Velho; no poder, dedicou-se a montar seu próprio esquema de sustentação e a desarticular as bases políticas dos Maranhão*”^{liii}.

Ferreira Chaves não conseguirá se impor na política estadual instituindo sua própria oligarquia, como era seu plano. Na verdade, os *coronéis* do Seridó representavam a forma mais incisiva de contraposição à oligarquia Maranhão, tanto em 1913/1914 como em 1923/1924, quando neste último embate conduzem José Augusto ao governo estadual. Não se quer dizer que formalizando a oposição, essa facção seridoense promovesse uma cesura

completa com as forças políticas do litoral. Na verdade, o *sistema político do Seridó* assimilou alguns elementos da oligarquia Maranhão^{liv}.

Figura 05 - José Augusto Bezerra de Medeiros quando Governador do RN

Fonte: MEDEIROS, J. A. M. *Seridó*

Não só absorveu esses, como conseguiu desarticular as pretensões continuístas de Chaves depois que ele terminou o mandato como governador. Em 1923, já senador, Ferreira Chaves cabalava apoio para o retorno à governadoria. Mas, tal como se enganaram os Maranhão subestimando o poder de articulação dos *coronéis* do Seridó, enganava-se Chaves. Deputado Federal com uma significativa atuação junto à Câmara e aliado de primeira hora de Arthur Bernardes, José Augusto conseguiu a anuência do governo federal para ele próprio candidatar-se ao governo do Rio Grande do Norte.